

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 13 A 19 DE OUTUBRO DE 1981
Nº 166 - CIRCULAÇÃO INTERNA



Aconteceu

CEDI

Centro Ecumênico de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos 22241 Rio de Janeiro
Av. Higienópolis 983 01238 São Paulo

TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

DIRETOR

Domício Pereira de Matos

CONSELHO EDITORIAL

Carlos Alberto Ricardo

Letícia Cotrim

Zwinglio Mota Dias

Carlos Rodrigues Brandão

Jether Pereira Ramalho

Eliseu Lopes

Henrique Pereira Junior

Carlos Mesters

Beatriz Araújo Martins

CEDI

COORDENADOR DAS PUBLICAÇÕES

Paulo Cezar Loureiro Botas

EDITOR DO ACONTECEU

José Ricardo Ramalho

COLABORADOR NA SEÇÃO ÍNDIOS

Rubem Thomaz de Almeida

ACONTECEU

Assinatura anual: Cr\$ 300,00

Assinatura de apoio: Cr\$ 1.200,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para TEMPO E PRESENÇA EDITORA LTDA.

Caixa Postal 16.082

22221 - Rio de Janeiro - RJ

METALÚRGICOS DE SÃO PAULO AINDA LONGE DE UM ACORDO

Terminou sem qualquer resultado prático a reunião que deu continuidade, ontem, às negociações para os novos aumentos de salário, entre os dirigentes sindicais de São Paulo, Guarulhos e Osasco, e a comissão do Grupo 14 da Fiesp. (ESP - 16/10/81)

ESTIVADORES REAGEM À PORTOBRÁS

Os estivadores brasileiros poderão promover uma greve geral caso a Portobrás introduza em todos os portos a reforma preconizada pelo seu presidente, durante a realização da Riomar, no Rio de Janeiro. A mudança, com a instituição do port authority, como nos Estados Unidos, implicaria a extinção das categorias de avulsos (estivadores, conferentes, vias e consertadores) As tarefas desses profissionais seriam realizadas por operários das empresas de navegação, que alugariam trechos do cais. Em Santos, enquanto as lideranças sindicais do setor se reuniam extraordinariamente para discutir o assunto, o secretário-geral da Federação Nacional dos Estivadores, Arnaldo Maldonado, declarava que "se for necessário, nós paramos todos os portos do Brasil para não permitir que se cometa essa violência contra direitos adquiridos pelos estivadores". (JB - 18/10/81)

"INTERVENÇÃO" NA UNICAMP PROVOCA REAÇÃO DA ANDES

A Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes) manifestou ontem a indignação da entidade pela "intervenção" na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). No Rio, o secretário-geral da Andes, Luís Pingueli Rosa, condenou o afastamento de diretores de unidades da Unicamp e a demissão de todos os funcionários pertencentes à diretoria da Associação dos Servidores da Unicamp (Assuc), considerando tais medidas "deploráveis, deprimentes, arbitrárias e antidemocráticas, que jamais haviam ocorrido em qualquer outra universidade pública". Ainda segundo o professor Pingueli Rosa, "os fatos representam um atentado contra a luta pela democratização do País e pela chamada abertura democrática em andamento". Ele acrescentou que, "sem dúvida, a solidariedade da Andes será efetiva contra esse episódio de violência. E como estamos às vésperas da reunião do Conselho Nacional das Associações de Docentes (Conad) marcada para o próximo fim de semana, em Brasília, nosso pronunciamento unificado sobre a questão será feito de lá". (FSP - 19/10/81)

NO PARANÁ A AMEAÇA PERSISTE

Os professores da rede estadual de ensino de 1º e 2º graus do Paraná, que hoje retornam às aulas depois de um mês de greve, já alertaram que se não forem atendidas as suas principais reivindicações, será deflagrado um novo movimento de paralisação no próximo ano, aproveitando as vésperas das eleições para melhor pressionar o governo. Os dirigentes da Associação dos Professores do Paraná (APP) disseram que o retorno às aulas foi mais um voto de confiança nas promessas do governo e, por isso, os professores esperam que seja integralmente cumprido o acordo celebrado no final da semana passada, com a mediação dos bispos do Arquidiocese de Curitiba. As principais conquistas dos professores do Paraná com a greve foram: transformação em aumento efetivo do abono de 30% que seria dado este mês, piso de 2,2 salários mínimos até o final de 82, antecipação do aumento anual de janeiro de 1983 para agosto do próximo ano,

~~nova definição da tabela de vencimentos, redução da carga horária semanal de 22 para 20 horas e direito de eleger uma lista triplíce para a escolha dos novos diretores da escola (que atualmente são indicados pelos deputados do PDS).~~ (ESP - 13/10/81)

PROFESSORES DECIDEM PARAR

No encerramento do I Congresso Estadual, os professores do Rio Grande do Norte decidiram entrar em greve "por tempo indeterminado". A paralisação já havia sido decidida na assembléia do dia 23 de setembro, caso o Governo não atendesse suas reivindicações até ontem. Eles pedem pagamento de adicional de 20% por regência de classe, aumento a partir de junho para os professores promovidos (enquadrados), regularização dos salários dos professores contratados (que não recebem desde fevereiro) e publicação dos processos de acesso (de julho) e enquadramento (de maio) retidos até ontem. (JB - 15/10/81)

TRABALHADORES RURAIS

POSSEIROS DEIXAM SUAS TERRAS COM MEDO DA POLÍCIA

Cerca de 20 famílias de posseiros abandonaram suas terras em São Geraldo do Araguaia, Sul do Pará, "com medo da polícia federal fazer alguma maldade", disse ontem o lavrador Miguel Souza Lima, que trouxe a Brasília mais outra denúncia: 48 famílias que vivem na gleba Pimenteira, também em São Geraldo, estão sendo ameaçadas de expulsão pelo fazendeiro Almir Moraes. "As famílias de Pimenteira - informou o lavrador - estão na área há seis anos e agora o fazendeiro Almir Moraes quer tirar todo mundo de lá, dizendo que vai jogar semente de capim em cima das nossas plantações." Disse ele que este fazendeiro tem aforamento para desenvolver um projeto de exploração de castanha, "num lugar que não tem nenhuma castanheira". Ele assegurou que as 48 famílias de posseiros, que ocupam uma área de 18.500 hectares, estão dispostas a permanecer na terra e "reagir contra as tentativas de expulsão, afirmando ainda que "o fazendeiro só vai conseguir jogar semente de capim depois de matar toda a gente de lá". (FSP - 17/10/81)

LAVRADORES VÃO EXÉRCITO EM BUSCA DE AJUDA

Em carta endereçada "ao Exército brasileiro", através da 13ª Brigada de Infantaria Motorizada, os posseiros da fazenda Marruá, no município de São Félix do Araguaia (MT), pedem o apoio das Forças Armadas para que "tenham solução esses acontecimentos de horror de que está padecendo parte do povo brasileiro". A carta, com 150 assinaturas, foi encaminhada ao comandante da Brigada, que está realizando a Operação de Ação Cívico-Social (Aciso) no Médio Araguaia. Os posseiros afirmam em sua carta que "desde o dia 27 de setembro, depois que o chefe dos pistoleiros saiu prometendo trazer reforços para conseguir desocupar as terras, que nunca mais ninguém pôde ter sossego. Pais de família agoniados, vendo a hora e o instante de encontrar mortos mulher e filhos, sua casa queimada e seu sítio devorado. Mulher e crianças sozinhos, chorando com fome e dormindo nas praias do Rio das Mortes com medo de entrar nas casas". Todo esse clima, diz a carta, está sendo provocado pelos proprietários da Fazenda Marruá que compraram, em 1971, uma área de 400 alqueires por Cr\$ 25 mil. "Na época havia 23 moradores que estavam lá desde 1957 e o pessoal da Marruá começou a pressionar seu Justiniano Ferro e outros

posseiros, por meio da polícia e do pessoal do IBDF. Três vezes seu Justiniano teve que se esconder no mato. Tudo isso porque a Marruá, que são tem 400 alqueires, quer grilar 40 mil alqueires e começa a atacar violentamente, com a polícia e levadas de pistoleiros, às vezes federais, queimando e derrubando moradias e fruteiras dos posseiros." (FSP - 17/10/81)

POSSEIROS SE REÜNEM EM SÃO PAULO

Uma concentração hoje de manhã diante do fórum de Miracatu, no litoral Sul de São Paulo, marcará uma nova etapa da luta entre posseiros e proprietários da Fazenda Vista Grande, gleba de 600 alqueires habitada por 32 famílias há vários anos. Outros posseiros do Vale do Ribeira e delegações de trabalhadores de São Paulo, organizados pela frente nacional de trabalhadores, também participarão do ato. (JB - 18/10(81))

EXPULSÃO, AMEAÇA A LAVIADORES

Por determinação do juiz Jovalter Vieira, de Neópolis, em Sergipe, a polícia poderá recorrer à força para expulsar as 86 famílias de agricultores que ocupam há mais de 100 anos uma área na região do baixo São Francisco, no município de Pacatuba, a 150 quilômetros de Aracaju. Essas famílias disputam a posse da terra na Justiça, movendo uma ação de usucapião contra a Serigy Agroindustrial, de Aracaju, e perderam parcialmente a questão, já que o juiz concedeu mandado de reintegração de posse à empresa, mas as famílias se recusam a sair. Temendo que haja um conflito entre a polícia e os agricultores, o governo sergipano propôs aproveitar os posseiros num projeto de colonização que desenvolve em Pacatuba, mas eles recusaram a oferta dizendo que preferem ficar nas terras que ocupam e cada mantêm culturas de subsistência. (ESP - 18/10/81)

BÓIA-FRIA CONSEGUE FUGIR DE FAZENDA NO PARANÁ E DENUNCIA TRABALHO ESCRAVO

Após denúncia de um peão que conseguiu fugir de uma fazenda de reflorestamento no Município de Adrianópolis, a 120 quilômetros de Curitiba, a polícia e fiscais da Delegacia Regional do Trabalho puderam constatar que 40 bóias-frias foram mantidos, por quase dois meses, em trabalho escravo na localidade de Caixão do Mendes. Os empregados acusaram o empreiteiro Damião Barbosa e sua mulher, Maria Nunes, contratados pela Rebrasa, de mantê-los em condições precárias na fazenda, não pagar as diárias desde agosto, impedi-los de deixar a área e espancá-los a coronhadas de revólver. (JB - 14/10/81)

POLÍCIA NO SUL ABRIDE COLONOS DE RONDA ALTA

Os 60 colonos representantes das 310 famílias de agricultores acampados em Ronda Alta denunciaram ontem, em Porto Alegre, o espancamento de vários homens e mulheres, inclusive uma grávida, por soldados da Brigada Militar, ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Aldo Pinto (PDT). O espancamento ocorreu às 10 horas de ontem, quando após uma reunião na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Vestuário, os colonos dirigiram-se ao palácio do governo para solicitar reassentamento no próprio Estado. Ao chegarem à praça da Matriz, em frente ao palácio, foram cercados por 56 policiais que "começaram a dar coices, socos e empurrões, tratando-nos como animais", conforme revelou Iraci Pezzenato, acrescentando que Neli Terezinha Brinker, apesar de grávida, também foi espancada. Mesmo assim o governador negou-se a recebê-los, acusando-os de estar apenas querendo criar problemas, pois "o governo estadual já lhes ofereceu empregos, e o governo federal terras no Mato

Grosso". O governo ~~suspendeu os auxílios de alimentação e saúde que lhes vinha dando há oito meses.~~ (ESP - 14/10/81)

ÁREA NÃO SATISFAZ AGRICULTORES

Os colonos Virgílio Alves Borges e Gelson André Ceretta, acompanhados do agrônomo Ivan Tadeu da Silva, em depoimento ontem às Comissões de Direitos Humanos e Agricultura da Assembléia Legislativa gaúcha, disseram que o projeto "Lucas do Rio Verde", no Mato Grosso, apontado pelo Incra como o melhor local para assentar os agricultores sem terra acampados em Ronda Alta, é uma "farsa". Eles estiveram no local esta semana e denunciaram que não existem na área as mínimas condições para sobrevivência dos colonos, além de o projeto estar parcialmente povoado por posseiros, que se negam a sair dali. (ESP - 16/10/81)

BISPO DE BACABAL (MA) FAZ DENÚNCIAS

O bispo de Bacabal, dom Pascásio Rettler, esteve ontem pela terceira vez em menos de um mês na chefia da Casa Civil da Presidência da República para denunciar os problemas fundiários de sua diocese. Desta vez, ele entregou um relatório sobre a prisão de dez posseiros, detidos no dia seis de outubro pela Polícia Militar do Maranhão, quando trabalhavam na roça do povoado de Alto Alegre. Disse o bispo que "esta é a última vez que procuro as autoridades, porque ainda acredito nelas. Até agora não fizeram nada e não adianta eu vir aqui. Se não tomarem qualquer providência, não sei o que vai acontecer, acho que vai ter muita morte, o que até agora eu consegui evitar", afirmou. Informa o relatório que pistoleiros e empreiteiros da área "continuam armados e um dos pistoleiros já passou pelo povoado ameaçando de morte o povo. Todos estes e muitos outros são prepostos do empreiteiro Valdír Jorge de Melo", afirma o documento. (FSP - 14/10/81)

ÍNDIOS

CORONEL-PRESIDENTE DEIXA, TARDE, A FUNAI

O Ministério do Interior aceitou ontem à noite o pedido de demissão do coronel João Carlos Nobre da Veiga da presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai). O sucessor deverá ser o coronel-aviador Paulo Moreira Leal, atual assessor da Funai, segundo nota divulgada pelo Ministério. A administração de Nobre da Veiga foi marcada inicialmente por vários problemas internos da Funai que culminaram com a demissão de 39 indigenistas e de vários antropólogos. Os funcionários foram acusados de indisciplina, depois de terem encaminhado uma carta ao ministro do Interior, criticando a política indigenista oficial. Indigenistas e entidades de apoio ao índio criticaram, nesses dois anos, o número excessivo de militares que Nobre da Veiga empregou na Funai, todos eles ocupando cargos de chefia. Além disso, o coronel assistiu a vários conflitos em áreas indígenas por problemas de terra, dois deles com a morte de várias pessoas em ataques feitos pelos índios. Ocorreram também epidemias de sarampo e coqueluche em várias tribos e a Funai foi acusada de não dar assistência adequada, havendo inclusive denúncias de negligência médica na morte de 16 crianças do Xingu. (ESP - 15/10/81)

O NOVO PRESIDENTE DA FUNAI: CORONEL DA AERONÁUTICA PAULO LEAL

O coronel da Aeronáutica Paulo Moreira Leal, foi nomeado ontem presidente da Fundação Nacional do Índio, por ato assinado pelo vice-presidente em exercício Aureliano Chaves. O coronel Leal concedeu uma rápida entrevista em que convocou a imprensa para ajudá-lo em sua nova missão. A posse do novo presidente está marcada para segunda-feira, às 16h30m, no auditório do Ministério do Interior. Em contato com os índios desde 1955, quando começou a pilotar os "saudosos B-17" à procura de petróleo, o coronel Leal é o primeiro presidente da Funai que assume o cargo com uma larga experiência dos problemas indígenas, pois até setembro passado trabalhava na Terceira Subchefia do Conselho de Segurança Nacional. Este departamento - explicou - "trata do campo psico-social, tensões, conflitos, e por isso entrei em contato com o problema do índio". "A Funai é uma missão difícil - disse. Mas alguém deve ir para a trincheira, alguém deve tentar esta missão." Desde que assumiu o cargo de assessor da presidência da Funai, em 15 de setembro passado, o novo presidente começou a visitar todos os departamentos, dedicando-se fazendo observações e estudando todos os processos e pesquisas, mas afirma que, até ser convidado para o cargo de presidente, "não sabia de nada". (FSP - 16/10/81)

O CORONEL DA "DISCIPLINA"

A partir de novembro de 1979, quando o coronel João Carlos Nobre da Veiga assumiu a presidência da Funai, a palavra de ordem foi "disciplina". Por indisciplina, o coronel demitiu 39 funcionários, entre antropólogos, professores, sociólogos e médicos, no dia 19 de julho do ano passado. Por disciplina, seus assessores (cerca de 12 coronéis), convocaram a Polícia Militar de Brasília para cercar o prédio da Funai quando, no dia 5 de maio de 1980, 33 Xavantes invadiram o gabinete do coronel Nobre da Veiga, exigindo suas terras, respeito à sua cultura e punição dos corruptos. Era preciso manter a ordem a todo custo, e o coronel Nobre da Veiga jamais admitiu oposição. Paranaense, 54 anos, o coronel sempre trabalhou em funções ligadas à segurança e informação. Seu último emprego, antes da Funai, foi de chefe da assessoria de segurança e informação da Decogeo (empresa de mineração, subsidiária da Vale do Rio Doce). A maioria de seus assessores também estiveram ligados aos problemas de segurança. Apesar de toda a disciplina, o coronel não conseguiu evitar os graves conflitos que ocorreram durante sua administração. (ESP - 15/10/81)

ÍNDIOS AFLAUDEM SAÍDA DE CORONEL DA PRESIDÊNCIA DA FUNAI

O cacique Aniceto, que divide com Juruna a liderança dos Xavante, declarou no Rio que "a saída do presidente da Funai é muito boa para os índios. Ficamos muito contentes, porque no lugar dele era preciso ter alguém que conhecesse a fundo os nossos problemas. Ele só queria desmoralizar a liderança indígena, pondo minhocas na cabeça dos nossos irmãos, tentando virá-los contra nós". Embora se considere em festa com o pedido de demissão do coronel Nobre da Veiga, o líder Xavante faz a ressalva de que "outros coroneis continuam na Funai, como o Silveira, o Zanoni e o Nael, que não entendem nada do assunto do índio. Eles pensam que nós estamos muito bem, mas não sentem os nossos problemas". Segundo Aniceto, "a maior tristeza do índio brasileiro é não ter sua terra". (FSP - 15/10/81)

A TRISTEZA DO ÍNDIO

Afirmado ter cumprido a missão recebida do ministro do Interior, o coronel Nobre da Veiga pediu afastamento da presidência da Funai, cargo

que deverá ser ocupado pelo também coronel Paulo Moreira Leal, do Conselho de Segurança Nacional. Entre as medidas que, de acordo com o ex-presidente, demonstram o êxito de sua administração, figura o registro em cartório de três áreas indígenas, fato inédito na história do extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da própria Funai, segundo suas palavras. No balanço do coronel, contudo, não aparecem a perda de 700 hectares de terras dos Tupiniquins (Cateiras Velhas - ES) para a Aracruz Celulose, nem a de 750 hectares dos Tapirapés (Santa Teresinha - MT) para a Empresa Agropecuária Tapiraguia S.A., nem ainda a longa lista de conflitos que marcaram sua gestão. Para o líder xavante Aniceto, a saída de Nobre da Veiga é boa para os índios, que esperam um substituto mais identificado com seus problemas, principalmente o da terra, pois "a maior tristeza do índio brasileiro é não ter sua terra". Ao que tudo indica - e a despeito de mudanças nominais na cúpula do organismo - essa tristeza não se dissipará tão cedo, pelo menos enquanto o problema indígena, pelo fato de estar ligado à questão fundiária, permanecer vinculado à segurança nacional. Nesta ótica, uma coisa é a terra e sua ocupação, e outra, muito diferente - para não dizer irrelevante - a diversidade cultural, a identidade étnica, etc... Não se pode, contudo, separá-las, pois para o índio uma é condição das outras. Mas enquanto permanecer na órbita da segurança, o problema indígena continuará, basicamente como problema, e, ademais, insolúvel. (FSP - 16/10/81) EDITORIAL

CIMI OPINA SOBRE CORONEL DEMITIDO

A respeito da demissão do Coronel Nobre da Veiga, Pedro Tierra, representante do Cimi - Conselho Indigenista Missionário - em Goiânia, distribuiu a seguinte nota: "Os povos indígenas sobreviveram ao Coronel Nobre da Veiga, assim como, nos anos mais recentes, sobreviveram ao Gal. Bandeira de Mello, ao Ministro Rangel Reis e, no passado mais distante, sobreviveram a Anhangüera, Raposo Tavares e outros. "Nobre da Veiga retira-se cantando vitória. Vendo com mais objetividade, não há motivos para tanto. A vitória do Coronel foi quase inexpressiva, pode ser computada em números: 62 índios mortos de sarampo, coqueluche e pneumonia; 30 cães mortos em conflitos com o txucarramãe e gerotire, no Pará; 700 ha. esbulhados dos tupiniquins e entregues de presente à Aracruz Celulose; 750 ha. arrancados dos tapirapés e cedidos à Companhia Tapiraguia em Santa Teresinha - MT. Não há motivo para orgulho. "Durante quase dois anos em que Nobre da Veiga dirigiu a Funai, a palavra mais ouvida nos corredores era disciplina. Em nome dela, Nobre da Veiga montou um estado-maior com 12 outros coronéis. A Funai conta hoje com mais coronéis do que qualquer divisão do Exército. Também em nome dela, Nobre da Veiga demitiu, em julho de 1980, mais de 60 funcionários, médicos, sertanistas e antropólogos. Para substituí-los, o presidente da Funai convocou cabos e sargentos reformados. "A preocupação com a disciplina não livrou Nobre da Veiga de alguns aborrecimentos. Não teve, por exemplo, como evitar que 33 xavantes entrassem no seu gabinete para dizer-lhe algumas verdades e tentassem jogar pela janela um de seus assessores. "Aos povos indígenas o Coronel Nobre da Veiga não deixa saudades. Hoje é dia de festa nas aldeias. Dificilmente se encontrará dentro da Funai ou fora dela alguém que seja, como o Cel. Nobre da Veiga, um inimigo jurado dos povos indígenas." (JB - 16/10/81)

ANTROPÓLOGOS OPINAM SOBRE "MUDANÇA" NA FUNAI

Não somos ingênuos em achar que a saída do coronel Nobre da Veiga vai resolver o problema indígena no Brasil - disse ontem representante dos antropólogos - ao analisar a substituição do Coronel da Veiga na presidência da Funai. Explicou que as críticas dos antropólogos não eram dirigidas à administração e sim à política do órgão. O professor expressa um temor: Nós não gostaríamos que essa mudança redunde na aplicação com

mais eficiência dos princípios de uma política indigenista da qual discordamos - observa, acrescentando que as restrições "não eram apenas à incompetência da Funai, mas críticas bem mais profundas". Acha que a política indigenista exige ser discutida por toda a sociedade brasileira, sobretudo os índios, "e submetida a um exame democrático". Não são críticas à administração e sim à política acoplada a uma estrutura viciada. A questão indígena não é uma questão de segurança nacional e sim uma questão de violação de direitos humanos. O pedido de demissão do Coronel Nobre da Veiga "foi visto por todos os antropólogos brasileiros como uma esperança de que a Funai venha, afinal, a desempenhar as funções para as quais foi criada". A definição foi dada pela presidente da Associação Brasileira dos Antropólogos - ABA, professora Eunice Ribeiro Durham, da Universidade de São Paulo. A Associação congrega 500 membros, "ou seja praticamente todos os antropólogos com formação profissional no Brasil". (JB - 16/10/81)

AS MUDANÇAS COM O NOVO CORONEL

Paulo Leal fará algumas modificações nos quadros da Funai, mas os nomes de seus principais assessores ainda não foram revelados. Sabe-se apenas que o coronel Ivan Zanoni Hausen, diretor da Assessoria Geral de Estudos e Pesquisas - Agesp, também da Aeronáutica, desempenhará importante papel na nova administração. Na Funai, há um clima de suspense, mas os mais antigos funcionários da casa, inclusive sertanistas, não escondem a satisfação pela saída do coronel Nobre da Veiga, demonstrando muita confiança no novo presidente. (FSP - 16/10/81)

ASSEMBLÉIA DE DEUS: NOVA AMEAÇA A ÍNDIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Uma nova ameaça aos indígenas das reservas do Rio Grande do Sul foi constatada por técnicos da Delegacia da Funai naquele Estado: a interferência de pastores da Assembléia de Deus, que estão recomendando aos seus seguidores que só procurem auxílio médico em casos extremos. De acordo com o delegado da Funai, os pastores dizem aos índios que em casos de doença "orem, pedindo auxílio a Deus". Em consequência disso, quando a assistência médica é procurada, na maioria dos casos já é muito tarde. A ação da Assembléia também está influenciando as formas de lazer entre aquelas tribos, pois não permite que as crianças joguem futebol nos intervalos das aulas, esporte que eles apreciam muito, nem que vejam televisão. (FSP - 15/10/81)

RESERVA CADIVEU SERÁ PRESERVADA, DIZ A FUNAI

A área da reserva dos índios cadiveus, do Mato Grosso do Sul, não será alterada, apesar do descontentamento e das pressões de fazendeiros da região compreendida pelos municípios de Bodoquena, Miranda, Bonito e parte de Corumbá, que reivindicam para si a posse dessa área. Segundo o delegado da Funai no Estado, os fazendeiros têm todo o direito de reclamar, inclusive na Justiça. Mas as terras da reserva - disse ontem o delegado - são um patrimônio inalienável dos índios, que as receberam de dom Pedro II depois da Guerra do Paraguai; e já estão totalmente redemarcadas pelo Exército a pedido da Fundação. (FSP - 16/10/81)

100 ÍNDIOS KARARAÓ ATACAM POVOADO NO PARÁ

Um grupo de 100 índios da tribo kararaó atacou ontem de manhã um povoado às margens do rio Guajarã, a 150 Km de Porto de Moz, no Pará, causando pânico entre os seus moradores, que fugiram para o outro lado do rio. A informação é do Prefeito do município que pediu ajuda para evitar um massacre, já que os índios ocuparam o povoado. (JB - 15/10/81)

AS MULHERES DA REGIÃO DE CAMPO LIMPO (SP) QUEREM CRECHE

Cerca de 50 mulheres dos bairros dos jardins Olinda, Rebouças, Ipê e outros, na região de Campo Limpo, reuniram-se ontem no Centro Comunitário do Parque Regina para reivindicar, novamente, a construção de creches. Aproveitando a Semana da Criança e o fato da Prefeitura estar comemorando a "semana da creche", as mães levaram seus filhos, que carregavam cartazes, insistindo na reivindicação, "já que não podemos festejar, se as creches não existem". Há mais de dois anos o Movimento de Luta por Creches vem pedindo a construção de um estabelecimento no parque Regina, sem conseguir, ao menos, indicações concretas de que a reivindicação será atendida. (FSP - 17/10/81)

IGREJA

O CÍRIO DE NAZARÉ, COM INCIDENTES E SEM AS AUTORIDADES

Uma manifestação de protesto contra a prisão e possível expulsão dos padres franceses Francisco Gouriou e Aristides Camio, presos no Sul do Pará e atualmente em Brasília, que resultou em incidente com a polícia e detenção de três padres, marcou domingo, em Belém (PA), o Círio de N. S. de Nazaré, que vem sendo realizado há 188 anos. Foi uma das mais rápidas procissões, que durou pouco mais de três horas e contou com a participação de cerca de 500 mil pessoas. (FSP - 13/10/81)

CEAS REPUDIA PRISÕES EM BELÉM

Nota de repúdio distribuída em Salvador pelo Centro de Estudos e Ação Social - CEAS - afirma que a prisão do provincial dos jesuítas da Bahia, Dionísio Sciuchetti e dos Padres Júlio de Laura e Manoel da Silva, durante a procissão do Círio de Nazaré, em Belém, no dia 12, ocorreu quando os três estavam "no exercício de uma atividade que lhes é própria". O Padre Sciuchetti é presidente do CEAS. De acordo com a nota, os religiosos "se expressavam com apelos igualmente religiosos" contra a projetada expulsão dos Padres franceses Aristides Camio e François Gouriou. E acrescenta: "Deve ficar claro que a repressão e violência se abatem sobre a Igreja como também sobre advogados e lideranças camponesas por se colocarem ao lado dos fracos diante dos escandalosos problemas de grilagem e da falta de um pedaço de terra para trabalhar e morar dentro do seu gigantesco país." A nota do CEAS conclui: "O povo brasileiro pobre está espremido no campo e na cidade pela monopolização abusiva e utilização especulativa. Esse é o problema principal ao qual o Governo não oferece solução efetiva." (JB - 15/10/81)

MAIS QUATRO RELIGIOSOS SÃO PRESOS NO ARAGUAIA

A CNBB revelou ontem que três freiras da Ordem das Vicentinas e um padre irlandês da Ordem dos Redentoristas teriam sido presos em São Geraldo do Araguaia, Pará, por agentes da Polícia Federal. Embora a entidade ainda aguarde a confirmação oficial do fato, razão pela qual mantém uma atitude de prudência na sua divulgação, sabe-se que a prisão teria ocorrido na tarde de sexta-feira, quando a PF tentou obrigar as freiras e o

padre a assistirem missa na Igreja velha de São Geraldo. A cerimônia religiosa seria celebrada por um padre mexicano de Belém, que não teria recebido autorização do bispo de Conceição do Araguaia, dom José Patrício Hanrahn. O relatório policial será liberado hoje em Brasília. (FSP - 18/10(81))

PADRES PRESOS VÃO RESPONDER POR EMBOSCADA

Incitar a emboscada contra agentes da Polícia Federal e do Getat, em que morreu Luiz Antônio Nunes, guardar na casa paroquial material subversivo e ter ligação com o advogado Paulo César Fontelles de Lima, condenado em 1972 como terrorista, são as principais acusações contra os padres franceses Aristides Camio e François Gouriou, presos em Brasília. Padre Camio admitiu, na Superintendência da Polícia Federal, que os posseiros agiram mal ao preparar a emboscada. Argumentou, no entanto, que o fato não deve ser considerado crime, mas ato de legítima defesa, pois eles estavam sendo ameaçados. Afirmou que nada teria acontecido se o Governo tivesse agido a tempo. (JB - 16/10/81)

PADRES FRANCESES ACREDITAM QUE SERÃO EXPULSOS DO PAÍS

Os Padres Aristides Camio e François Gouriou, detidos na Superintendência da Polícia Federal, em Brasília, enquanto se encerra o inquérito administrativo contra eles instaurado, estão convencidos de que "a expulsão é um fato consumado". Fizeram esse comentário para o Bispo de Goiás Velho, Dom Tomás Balduino, ao demonstrarem sua crença de que o interrogatório a que estão submetidos é apenas o cumprimento de uma formalidade. Para outros visitantes reclamaram da maior acusação que pesa sobre eles: a da "conscientização". (JB - 14/10/81)

POLÍTICA NACIONAL

PT FAZ FESTA PARA RECEBER LISÂNEAS NO RIO DE JANEIRO

Ao desligar-se do PDT, do qual era dirigente nacional e membro fundador, o ex-deputado Lisâneas Maciel filiou-se ontem ao PT, no Rio. Num clima de festa, a qual não faltaram batida de limão, muitas palmas e o presidente do partido, Luís Inácio da Silva, Lula, que anunciou uma campanha a ser desencadeada a partir de novembro, tendo em vista as eleições de 82: "Dentro de um ano vamos atingir não apenas 2 milhões, mas 2 milhões e meios de filiados militantes". No seu discurso de saudação à entrada do PT do antigo parlamentar fluminense, cassado em 75, Lula garantiu ainda que "o Lisâneas não está assinando a ficha do partido para ser antecipadamente candidato a governador do Estado, como já começam a insinuar". Ele sabe que qualquer pessoa, para se candidatar pelo PT, tem que passar antes por uma ampla e rígida discussão junto às bases partidárias, que vão estabelecer os critérios e os requisitos necessários para quem a legenda adote este ou aquele nome." O presidente do PT assegurou, no entanto, que "o partido terá candidatos em todos os níveis nas eleições de 82. É preciso acabar com essa história de algumas pessoas se julgarem no direito de serem mais candidatos do que outras. Quem achar que o PT está dividindo as oposições, que venha para o nosso partido e acabe com essa divisão". Lula alertou em seguida a Lisâneas Maciel: "As pancadas em cima de nossas cabeças ainda não terminaram. Prepare-se para novos golpes." Por fim, Lula declarou, sob aplausos: "Vamos mostrar aos políticos como a classe trabalhadora sabe fazer política com dignidade." (FSP - 14/10/81)

D. TOMÁS APÓIA PROPOSTA SOBRE DESTINO DAS TERRAS

"As áreas urbanas ociosas, sobretudo as grandes áreas, devem dar lugar à destinação social, sejam públicas ou particulares, de empresas ou da Igreja. Mas isso não se resolve apenas abrindo loteamentos nas cidades, porque a questão tem raízes no sistema fundiário, que está se tornando cada vez mais latifundiário e concentrado." As afirmações foram feitas ontem em São Paulo pelo bispo de Goiás Velho, no Baixo Araguaia, dom Tomás Balduino, em apoio às declarações do bispo-auxiliar da Zona Leste de São Paulo, d. Angélico Sândalo, segundo o qual a reforma agrária não deve atingir somente as propriedades do Estado, mas também as da própria Igreja.

Dom Tomás Balduino condena o "sistema especulativo, contrário à economia popular, que promove a inflação da terra nas áreas urbanas, e tem como objetivo, na zona rural, a grande produção para exportação, não consultando as necessidades do povo, mas os interesses das multinacionais. Muito sabiamente - considera o bispo - as multas estão investindo maciçamente na terra, pois sabem que terá o poder amanhã quem tiver a terra para produzir alimentos".

Ele relaciona esse processo e sua consequência imediata - "quarenta milhões de lavradores sem terra, a massa flutuante entre o campo e as cidades" - com a necessidade da mudança, lembrando que "os latifúndios permanecem intactos há 400 anos. Não seria agora, com a pressão que essa população exerce sobre as cidades, que a coisa mudaria, como resultado de um novo comportamento social e um novo relacionamento entre cidade e campo. A mudança tem que ser para valer - acrescenta - mas não-vio lenta nem caótica".

"Quando a Igreja apóia o posseiro da cidade ou do campo, no Baixo Araguaia ou em São Paulo - considera d. Tomás - seus agentes e padres são enquadrados na Lei de Segurança Nacional e sujeitos à expulsão."

O bispo de Goiás Velho não acredita em soluções que não impliquem numa ampla reforma: "As propostas de abrir aqui e acolá uma ou outra quadrazinha são simples paliativos - comenta - que caem no vazio, quando não são reprimidas. Várias experiências de destinação de áreas rurais para projetos comunitários, por exemplo, foram sufocadas pelo sistema envolvente."

No Baixo Araguaia, esse tipo de organização, "embora bonito, como experiência, não funciona, porque torna-se um quisto em meio ao individualismo capitalista. Mesmo os posseiros que têm uma vida comunitária pouco a pouco sofrem transformações em seu relacionamento, com as tentativas de negociar a terra e transformá-la em dinheiro". (FSP - 13/10/81)